PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA – SÍNTESE DE REUNIÃO

Data: 01/08/2025

Horário de início: 10h10min

Horário de término: 13h00min

Local: Rua Borges Lagoa, 1230, São Paulo/SP

Presentes:

Representantes da APROFEM: Beatriz Fagundes, Débora Dimitrov, Lafayette Codinhoto, Margarida Genofre, Paulo Soares da Rocha, Simone Assumpção

Representantes do SINDSEP: Alexandre Kombi, Fátima Antonio, João Gabriel Buonavita, Lídia Rodrigues, Maciel Nascimento

Representante da SEGES: Felipe de Souza Paulo

Representantes da SME: Carlos Alencar, Lucas Lopes, Mariza Kubo, Paula Guimarães, Samuel Godoy, Sueli Mondini

MANIFESTAÇÕES DOS PRESENTES

A reunião foi convocada em cumprimento ao compromisso firmado no dia 11/07/2025, quando foi estabelecido um calendário de reuniões para discussão de pautas de reivindicação conjuntas das entidades. Foram convidados para a reunião, por meio de ofícios individuais, os representantes de APROFEM, SEDIN, SINDSEP, SINESP e SINPEEM. O calendário de reuniões também foi noticiado amplamente no sítio eletrônico oficial da SME e em seu perfil oficial no Instagram. Estiveram presentes somente os representantes de APROFEM e SINDSEP.

SINDSEP iniciou sua manifestação retomando uma lista de reivindicações apresentada à SME no início do ano, informando que já havia sido entregue um abaixo-assinado do Coletivo 100% ATE - também houve entrega de ofício impresso do próprio SINDSEP nesta reunião. Apresentaram relação de reivindicações por escrito, elaboradas pelo referido Coletivo, e solicitaram a instituição de um grupo de trabalho para proposição de medidas de valorização do quadro de apoio e adequação da legislação inerente aos ATE, especialmente sobre evolução funcional. Apresentaram queixas relacionadas a ATE em desvio de função, por conta de atuarem em atividades 'correlatas' às funções educacionais, o que resulta em atividades manuais, pedagógicas, de educação especial e inclusiva, o que afeta consideravelmente a saúde dos profissionais. Em última instância, isso gera alta rotatividade do quadro de apoio. Quanto à atribuição, solicitam que o procedimento seja similar ao de atribuição de docentes em unidades escolares. Quanto à distribuição de módulos, solicitam sua revisão, a fim de equilibrá-la e evitar sobrecarga ou lacuna de disponibilidade desses profissionais. Relatam que, em 2020, houve remoção ex-officio de profissionais do quadro de apoio do órgão central e das diretorias regionais, o que foi sucedido pela designação de muitos para prestação de STA. Quanto às gratificações, elas são muito menores para o quadro de apoio, ocasionando situação desigual. Avaliam que a carreira de ATE ficou esquecida

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

pelo Poder Público, apesar de servir aos interesses da Secretaria e da população, pois não tem o mesmo tratamento que outras carreiras (magistério e equipe gestora) têm: entendem que a carreira de ATE tem se transformado numa carreira de passagem, pois os servidores ingressantes não são incentivados pela SME a permanecer e buscar formação, mas sim prestar outros concursos públicos. Se cabe qualquer função como atividade correlata, os ATE passam a exercer funções que não são inerentes a eles, mas sim à equipe gestora e a prestadores de serviço. Demandam a redução da jornada, sem redução de salário, com manutenção de horas para formação. Carga emocional do trabalho causa adoecimento dos profissionais, uma vez que estão sobrecarregados e, além das atividades inerentes à unidade educacional, também acabam acolhendo demandas pessoais de estudantes e servem como canais para escuta de denúncias, reclamações e problemas individuais de crianças, adolescentes e familiares, além de colegas servidores.

APROFEM manifesta que há convergência entre os itens elencados pelo SINDSEP e os itens trazidos pela própria APROFEM. Por isso, destacam o PDE: o quadro de apoio poderia ter critérios específicos aferidos para pagamento do prêmio, já que executam atividades que a equipe gestora não executa. Pleiteiam revisão dos critérios de evolução funcional, de maneira a se tornar mais similar aos critérios adotados para docentes (tempo, títulos, combinação de tempo e títulos), e que haja pontuação baseada no tempo de exercício, bem como sejam validados os cursos realizados pelos profissionais – acerca disso, informam que, muitas vezes, os cursos realizados não são referendados pela URH, pois não são considerados público-alvo daquele curso. Sobre a distribuição de módulos, pleiteiam revisão e ampliação, no mesmo sentido do já indicado pelo SINDSEP. Solicitam o fornecimento de EPI. Pedem garantia de tempo para formação e que se possibilite a escolha do tipo de atividade a ser executado na unidade escolar, com mais transparência e objetividade. No concurso de remoção, pedem oferta de vagas para o quadro de apoio para servidores que perderam função como efeito da terceirização de serviços de apoio (limpeza, alimentação escolar e outras). Pedem valorização da carreira com novo plano, redução da jornada e não implementação do subsídio, bem como autorização para que haja opção e enquadramento de agentes escolares como ATE e de secretários escolares estáveis. No caso dos ATE investidos em cargo de secretários de escola, pedem revisão do enquadramento na referência de carreira, evitando distorções. Pleiteiam que ATE possam escolher o período de férias regulamentares, para além do período de recesso escolar. Pedem regulamentação do cargo de secretário de escola na educação infantil, com a concessão de verba de locomoção para secretários e provimento de concurso de acesso para demais integrantes do quadro de apoio, com plano de cargos e salários com progressão. Também destacam problemas relacionados com administração de serviços de saúde (aplicação de medicamentos, administração de sondas, procedimentos de limpeza e higienização, aferição de glicose e outros), o que caracteriza desvio de função, e pedem a disponibilização de profissionais de saúde para isso. Pedem rede de apoio ao processo educativo, com profissionais de saúde, assistência, segurança, e definição objetiva das atividades do quadro de apoio. Reiteram necessidade de AVE, profissionais de apoio à saúde, estagiários em número compatível com a carga de atividades, presença de servidores da segurança urbana, fornecimento de EPI, realização de exames médicos periódicos e constituição de grupo de trabalho de saúde física e mental dos servidores. Também propõem revisão dos pisos salariais do quadro de apoio. Também solicitam funções claras para atribuição, critérios para escolha de horário de trabalho conforme sua atuação específica, extensão do pagamento do serviço noturno também para CEUs, remoção quando existe a perda de lotação na escola municipalizada, ampliação de representação sindical (com garantia de representantes do quadro de apoio, além do magistério) e cartão de transporte para o quadro de apoio.

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Lídia (SINDSEP/Coletivo 100% ATE) complementa manifestação, reiterando que há muitos ATE em situação de desvio de função, e que tem a percepção de que a SME tem ciência desse fato e não adota medidas para corrigi-lo. Também relata que os ATE são relegados a serviços braçais, de limpeza e manutenção, sem oportunidade de se envolver com outros temas na gestão educacional. Quanto à jornada de trabalho, reitera o pedido de redução para 30 horas. Quanto à IN 54/2021, art. 8º, § 3º, informa que nunca ocorreram as oportunidades de formação do quadro de apoio previstas pela instrução normativa. Relata diferenças e desigualdade em relação ao tratamento conferido para professores.

Retomando a fala, APROFEM complementa sua manifestação: o quadro de apoio é essencial para o funcionamento da unidade educacional e está presente em todos os tipos de atividade, desde os mais operacionais e braçais, até os de cunho administrativo. Quando os agentes de apoio ficaram em vacância, houve sensação de apartheid, pois eles exercem as mesmas funções que ATE, mas recebem tratamento diferenciado. Por isso, pedem equiparação de condições de tratamento e salários, e possibilidade de acesso ao cargo de secretário de escola com possibilidade de crescimento na carreira. Em relação à violência nas escolas, o ATE é o primeiro profissional a ser afetado pelo problema, pois permanece na porta das escolas para receber os estudantes na entrada do turno e recebe funções que não são inerentes a ele. Por isso, defendem que a SME trabalhe na especificação das atividades dos ATE, objetivamente e sem ambiguidades, estabelecendo o que cada profissional deve fazer. Pedem que seja criada uma comissão para visitar as unidades educacionais e entender a realidade vivida pelos ATE, o que inclui suas rotinas de alimentação, descompressão e atribuições. Informam que a rede está adoecida, e que os profissionais estão padecendo de questões de saúde física e mental. Quanto à presença de GCM nas escolas, informam que eles muitas vezes trabalham para vigiar os profissionais de educação, não para proteger a comunidade escolar, e que a legislação de proteção escolar precisa ser cumprida. Se o quadro de apoio deixar de existir ou deixar de trabalhar a contento, as escolas terão que ser fechadas, pois eles são essenciais e cobrem as funções dos demais, inclusive do trio gestor. Informam que os ATE têm dificuldade para conseguir promoção funcional, e quando entram em outro concurso não conseguem aproveitar a contagem de tempo para fim de evolução funcional no novo cargo. Relatam que as funções ditas correlatas, atribuídas aos ATE, vêm se ampliando muito e isso ocasiona desvio de função, especialmente em relação a aspectos de saúde, mobilidade e assistência. Com o aumento da quantidade de demandas de educação especial e inclusão, não há número suficiente de profissionais especializados, e isso sobrecarrega os ATE, resultando em prejuízos à saúde dos profissionais da educação. Informam que os ATE correm durante o dia inteiro nas escolas, e não têm nenhum momento para descansar, o que resulta em prejuízos à saúde mental, e por isso é necessária a redução da jornada de trabalho com valorização. Relatam que ATE não têm desconto no bilhete único, não têm o tempo de trabalho contado nos editais de concurso para professor, e não se sentem reconhecidos como parte integrante do quadro de profissionais da educação. Reportam que ATE são notificados ou penalizados quando descansam por alguns minutos, ou quando algo acontece de errado na escola, mesmo quando o profissional não é diretamente responsável pelo que ocorreu.

SINDSEP/Coletivo 100% ATE reporta que há profissionais com perda auditiva, por conta do barulho durante o expediente, e que isso precisa ser analisado pela SME.

Entidades reforçam que ATE é fundamental para a educação integral, porque é o profissional que tem uma visão transversal mais ampla sobre os estudantes e o desenvolvimento pedagógico na escola. Por isso, é importante que haja valorização desse quadro, levando em conta oportunidades de formação e redução de jornada de trabalho. Reiteram a necessidade de um grupo de trabalho, com participação do quadro de apoio e acolhimento a esses profissionais, para discutir a valorização da carreira e propor medidas para tanto.

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SINDSEP informa que a maior parte dos ATE ingressaram na SME com ensino médio, e a maioria já tem ensino superior, e isso precisa ser valorizado.

Lafayette reconhece que é a primeira vez que há uma oportunidade de diálogo específico com a SME sobre a valorização do quadro de apoio da educação. As entidades sindicais promoveram a oportunidade de haver representação do quadro de apoio nesta reunião.

SINDSEP reflete que, em muitos territórios da cidade, o Estado só se faz presente por meio da escola e da polícia. Por isso, o quadro de apoio é o profissional que serve como "para-choque" de muitas questões que não são inerentes à educação, mas ocorrem recorrentemente nas regiões mais vulneráveis da cidade, e por isso eles precisam ser reconhecidos e valorizados. Essas figuras precisam ser vistas e enxergadas no processo pedagógico, e assim fortalecidas e priorizadas. Não basta valorizar a equipe gestora, mas também o quadro de apoio, delimitando sua área de atuação e resguardando todos os profissionais que atuam na escola. Entendem que a SME tem combatido a formação do quadro de apoio, e não meramente deixado de promovê-la. O quadro de apoio tem aprendido mediação de conflitos por conta própria, ao passo que a equipe gestora e os docentes têm oportunidade de receber formação sobre o tema. Reiteram necessidade de um grupo de trabalho para abordar todos os temas relacionados ao assunto, pois na presente reunião só se tocou na superfície do problema.

APROFEM observa que a formação do projeto EntreNós deveria incluir o quadro de apoio, e que considera absurdo gastar tempo e recursos para formar somente uma parte dos profissionais, deixando de fora outros que também têm muito a contribuir. Além disso, é importante respeitar a individualidade e as particularidades de cada unidade educacional. Ressaltam que a única vez em que o quadro de apoio foi valorizado foi em 1993, com a Lei 11.434, e que parou por ali.

SINDSEP informa que somente o quadro de apoio tem direito a receber o PASEP, mas que isso não acontece porque o PDE eleva a remuneração anual dos profissionais, graças a um preenchimento inadequado da RAIS. Reiteram que isso foi corrigido por efeito de ação dos próprios trabalhadores, quando poderia ter sido feito algo simples pela própria Prefeitura. Acerca disso, APROFEM informa que há tratativas junto à AGU e ao INSS para regularizar a situação, que foi possibilitada por mudanças na legislação entre 2019 e 2020, e corrigida recentemente. Além disso, SINDSEP manifesta que o quadro de apoio tem o menor salário da Prefeitura, e que isso é muito preocupante, e que a trajetória das outras carreiras de apoio administrativo da cidade é muito diferente – com isso, ser AAG passa a ser mais atrativo que ser ATE. Também se falou na dificuldade que o quadro de apoio tem para se ausentar em prol de participar de reunião de pais e mestres junto às escolas dos seus filhos. Ademais, destacam que ainda não se falou, nesta reunião, em salários e incorporação de abonos complementares, tamanha a lista de reivindicações de outros tipos que também são fundamentais para valorizar a carreira, mas que isso também é fundamental. APROFEM complementa que, apesar de o discurso de valorização salarial acima da variação da inflação, os profissionais da educação têm seus salários muito defasados ao longo dos anos, e são os que menos recebem entre todas as carreiras da Prefeitura.

SME manifestou a necessidade de analisar todas as reivindicações antes de se manifestar de forma conclusiva sobre cada uma, mas reconheceu a importância da formação para todos os profissionais da rede e que a Secretaria considera essencial que o quadro de apoio tenha acesso efetivo à formação. Concordou com o pleito de instituição de um grupo de trabalho composto por representantes de SME, SEGES e entidades sindicais (inclusive com representação do quadro de apoio) e propôs outros encaminhamentos, conforme abaixo. Quanto

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

ao projeto EntreNós, esclareceu que as medidas de promoção da convivência em ambiente escolar incluirão toda a comunidade, o que inclui o quadro de apoio.

ENCAMINHAMENTOS

- SME convidará SEGES e entidades sindicais a indicar representantes para composição de um grupo de trabalho de valorização dos profissionais do quadro de apoio da educação, com publicação em Diário Oficial;

- SME fará interlocução com SMSU, por meio do Gabinete Intersecretarial de Proteção Escolar (GIPE), para tratar da presença de GCM nas escolas, reforçando suas atribuições e recomendações de atuação de forma harmônica com a comunidade escolar e a política educacional do Município;

- SME continuará buscando que SMS disponibilize profissionais e estrutura de atendimento a questões de saúde de crianças e adolescentes nas unidades educacionais, com foco especial em educação inclusiva, e convidará representantes de SMS para conversar com o grupo de trabalho (ora formado) sobre o assunto;

- SME incluirá as entidades sindicais na agenda de ações voltadas à promoção de saúde mental dos servidores da educação, resgatando entendimento negociado rumo a um protocolo de atendimento aos servidores;

- SME entrará em contato com SEGES/COGEP para analisar as questões relatadas sobre o pagamento do PASEP e buscar eventuais ajustes de procedimento, se necessário.